

Líderes querem discutir estatuto

VILMA SILVEIRA

BRASÍLIA – Cerca de 100 índios e caciques das tribos caiapó, xavante e terena se reuniram ontem no auditório da Fundação Nacional do Índio (Funai), para discutir o projeto do novo Estatuto do Índio. Eles temem que o fim da tutela do Estado, previsto no texto, cause a extinção das comunidades indígenas e querem ser ouvidos antes da aprovação do projeto pelo Congresso.

O debate resultará em documento que será encaminhado à Câmara dos Deputados, ao Senado e ao Ministério da Justiça. Na

quarta-feira, os índios vão ao Congresso pedir tempo para que possam analisar as alterações contidas no projeto do novo estatuto.

Medo – “Os índios têm medo de que acabem com a tutela. A União tira o corpo fora, e não dá mais assistência, deixando o índio se virar sozinho. Nós, caiapós, não temos condição ainda de ficar independentes. Temos de ter apoio do governo, da Funai para orientar o índio”, afirmou o cacique Megaron Txucarramãe, de Mato Grosso.

O presidente da Associação Regional Indígena de Roraima, Gilberto Macuxi, protestou contra

o substitutivo que o deputado Luciano Pizzatto (PFL-PR) apresentou ao projeto, segundo ele, sem consulta aos índios.

A questão da tutela do Estado sobre o índio provocou um debate entre o advogado da Funai, Carlos Alberto, e o integrante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Paulo Guimarães.

Proteção – Carlos Alberto defendeu com veemência a manutenção da tutela. “É o único elo de proteção dos índios. Se tirarem a tutela, será um caos, e isso acho que ninguém quer, principalmente, os líderes indígenas”, afirmou.

“Quem vai segurar a roubalheira internacional nas terras indígenas?”. Já o advogado Paulo Guimarães acha que “o fim da tutela não encerra a responsabilidade do governo com os índios, porque isso está escrito na Constituição”.

O xavante Humberto Abhoodi, presidente da Confederação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil, disse que Guimarães OAB estava defendendo os interesses dos capitalistas, não os dos índios. Para Abhoodi, que vive em Mato Grosso, não há necessidade de um novo Estatuto do Índio. “É só fazer cumprir o que existe”, afirmou.

SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	JB
Data	6/5/2000 Pg 7
Class.	476
Documentação	